

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Cooperativa Habitacional Renascer de Vinhedo

AOS 27 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2019 ÀS 19:30 HORAS, EM TERCEIRA CHAMADA NA AV. BENEDITO STORANI, 111 SALA 04, CENTRO VINHEDO-SP, NA SEDE DA COOPERATIVA, NO MUNICÍPIO DE VINHEDO, REUNIRAM-SE EM ASSEMBLÉIA GERAL DO GRUPO II TERRENOS; E COM A PRESENÇA DE 16 COOPERADOS INSTALOU-SE A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA HABITACIONAL RENASCEER DE VINHEDO SITUADA Á AV. BENEDITO STORANI N°111 SALA 04-CENTRO, VINHEDO-SP, COM OS SEUS ATOS CONSTITUTIVOS REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO SOB NIRE N° 35400021811 E NO CNPJ: 02.250.799/0001-08, PARA DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE AS SEGUINTEs ORDENS DO DIA

O Presidente Luiz deu abertura nos trabalhos da Assembleia, pediu que algum cooperado do Grupo se apresentasse para secretariar os trabalhos, apresentou-se a cooperada Romilda Biatriz de Carvalho matrícula n° 2058, foi colocado em votação e foi aprovada por unanimidade, fez a leitura do comunicado edital de convocação:

Pelo presente ficam convocados os cooperados da Cooperativa Habitacional Renascer de Vinhedo, á participarem da Assembleia Geral Extraordinária específica para o **GII Terrenos**, a realizar-se no dia 27 de maio de 2019. na **Avenida Benedito Storani, 111 sala 04-Centro (Sede da Cooperativa)** no Município de Vinhedo, ás 17:00 horas, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos, inclusos na pauta:

- a- Apresentação, deliberação sobre orçamentos para contratação de serviços de Engenharia, taxas de registro, compra, plantio de mudas e manutenção; para Recomposição ambiental, serviços de topografia, e formação de um fundo de caixa para demais serviços e taxa;** O Presidente deu abertura nos trabalhos, passando a palavra para a Engenheira Dinalva R. Bueno da Silva CREA -SP n° 5061624965.

Engenheira Dinalva: Boa noite a todos. Eu vou seguir a linha de raciocínio que são as etapas que tem que ser concluídas pra poder finalmente fazer o registro do loteamento, o registro é a fase final do loteamento, só que o que acontece é que muita coisa não foi feita no passado , então refazer agora é pior do que se estivesse começando do início, então é uma etapa muito complicada, ela é demorada, principalmente por conta disso, é como uma reforma de uma casa ou seja é mais fácil se fazer uma nova do que retificar ou corrigir algumas coisas. A primeira etapa nós lá atrás fomos pedir a validação do certificado da GRAPROHAB, que já tinha sido emitido a muitos anos e eu pedi a validação, então isso foi concluído. Dei entrada novamente solicitando o registro do cartório quando nos deparamos com o que; a Rua de Acesso ela não era oficial, ou seja, ela existe no local, ela tem nome, porém oficialmente ela não existe num decreto formalizando que aquela rua é pública, tivemos que esperar a doação de um terceiro para que isso fosse possível, isso já foi feito e demorou muito. Todos os processos são muito burocráticos porque dependem de órgãos públicos e por mais que a gente vá e peça não tem como

fazer mais do que isso, do que essa cobrança, e além disso quando a gente foi se deparar existia a parte da área que precisava ser feito o cancelamento do INCRA, porque ela ainda contava como sendo uma área rural, então ela precisa deixar de ser rural porque ela passou a fazer parte do perímetro urbano, foi feito a solicitação do cancelamento, porém existia a certidão de negativa de débitos (CND) junto a Receita Federal estava pendente, ou seja na época em que foi cancelado o INCRA deveria ter sido feita a comunicação na Receita Federal, esse procedimento não foi feito pela antiga administração da Cooperativa. A partir do momento em que se faz o pedido do INCRA deixa-se de pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) e começa a se pagar o IPTU a Prefeitura do Município, e agora nós o fizemos, demos entrada em novembro de 2018 e a baixa definitiva saiu agora em 02 de maio de 2019 a certidão negativa de débitos CND e esse documento também era necessário para o registro do Cartório. No final do ano passado eu também tinha dado entrada no Cartório para saber quais documentos seriam solicitados, me pediram para que fizesse os processos separados, porque tudo o que se faz tem que ser gravado na Matrícula e isso se chama Averbação, então o que me foi pedido é que fizesse essas averbações separadamente, em processos separados, então agora que já está disponível, já saiu essa averbação de que o imóvel não é mais Rural, ele já faz parte do perímetro urbano, a parte da rua; do acesso público precisa fazer uma retificação que a correção da descrição da matrícula. Já foi feito o pedido na Prefeitura, já foi feito o levantamento topográfico, constando a descrição das divisas da área, isso já estava sendo feito em paralelo. A rua não aparece na descrição da Matrícula, então o Cartório não aceita, na nota de exigência que o cartório emitiu diz que não existe um acesso público para essa Matrícula, por conta disso é que nós estamos fazendo esse processo de retificação. **Presidente Luiz:** todos devem entender que a obra estava parada, mas a documentação não, fizemos a obra até onde deu e daí para a frente é necessário a retificação, senão não podemos dar entrada do projeto da parte elétrica junto a CPFL e nem concluir as outras etapas pendentes da obra. **Engenheira Dinalva:** eu retirei esse processo na quarta-feira passada, no dia 22 de maio de 2019, e na nota de exigência foi pedido também. Neste orçamento que estamos apresentando para aprovação, é feito um cálculo das horas técnicas necessárias para cada etapa e os prazos previstos e as demais taxas cartorárias serão cobradas à parte. Correção dos projetos e memoriais; lá atrás quando todos os projetos foram feitos a descrição dos lotes, os projetos em si, orientação e a parte da perimetria dos lotes estavam incorretas, então a Prefeitura aprovou, mas o cartório rejeitou, é isso que faremos agora a correção das medidas porque hoje existe algo que se chama coordenadas que é para se fazer a identificação exata do local, então cada ponto existe uma coordenada e isso como era bem antigo não existia, não tinha sido feito e agora o cartório exige, além disso na descrição no memorial tem que existir a descrição das áreas verdes, das áreas não edificantes do fundo que é a parte onde passa a rede de esgoto e tudo mais, não estava descrita nesses projetos. Essa correção já adiantamos mas precisamos aguardar a retificação sair para darmos entrada novamente, o que já até foi analisado pelo cartório e depois disso vai precisar, pois também faz parte da nota de exigência da tabeliã; que a Prefeitura de Vinhedo carimbe novamente todos esses projetos, já conversamos na Prefeitura e explicamos a situação, e foi dito que se não houve mudança no projeto original, e que não houve, o que houve foi a mudança da descrição de tudo, a Prefeitura então fará a substituição dos projetos

e com isso para cada aprovação de projeto é liberado um alvará que é o que precisamos para o registro também e vai ser feito um novo decreto, o decreto é o que vem antes da lei; uma nova lei. Todo loteamento novo é expedido pelo jurídico da Prefeitura um decreto, é uma lei onde fala que foi aprovado, está autorizado e é válido, então vai ter que ser feito tudo novamente nesse processo onde a Prefeitura vai ter que aprovar novamente e esse é o que leva mais tempo. Logo depois vem a parte do registro do loteamento, depois a parte específica do registro onde as matrículas serão individualizadas, onde cada um terá a matrícula do lote, onde dirá que não é mais uma gleba, daí fica livre de estar só em projeto, porque hoje não existe, só está em projeto. Quando se faz um loteamento, na lei nº6766 é especificado caso o loteador não execute aquele loteamento, para as pessoas que forem interessadas que comprarem quando for registrado; a Prefeitura da cidade precisa garantir que as obras sejam feitas, e a garantia disso se chama hipoteca de lotes, ou seja, é um caucionamento de lotes, a Prefeitura pega para si um número de lotes caucionados que garantam o valor da obra, que no nosso caso são 23. Essa hipoteca é necessária fazer uma escritura para isso, e as escrituras públicas são padronizadas, são tabeladas e são em cima do valor do imóvel. O pessoal da administração na época da aprovação tinha feito a colocação dos lotes para caução, mas não fizeram a escritura de caução para a Prefeitura. E por fim definitivamente o registro do empreendimento, é uma parte que demora bastante também porque são várias certidões, são vários documentos, quando todos os itens anteriores citados é que será aceito pelo cartório. A Engenheira Dinalva forneceu cópia a todos dos valores previstos, explicou que foi feita a consulta diretamente na tabela cartorária, todas as custas de registro de imóveis e averbações são tabeladas, independente do cartório em que se faça a escritura pública, os valores são tabelados, e no nosso caso o registro vai ter que fazer em Vinhedo mesmo, mas repetindo que tudo é tabelado. No quadro do resumo das hipotecas constam os lotes com o valor total, no valor de mercado estimado para cada lote, não é o valor que foi pago à Cooperativa. **Presidente Luiz:** informo a todos que o cálculo de custos feito anteriormente tinha sido feito erroneamente, sendo considerando 15 lotes a ser escriturados para a caução, mas nesta nova tabela foi corrigido o valor para o caucionamento correto de 23 lotes, lembrando que numa Assembleia passada foi fornecido cópia a todos do relatório para a caução, onde constavam os 23 terrenos devidamente identificados pelo número de quadra e lote. **Engenheira Dinalva:** voltando ao assunto do caucionamento, na tabela do orçamento consta o valor para o registro para a caução, abertura das matrículas, certidões, documentações, registros e escritura, tudo isso fica estimado perante a tabela no valor de R\$ 41.673,22 (quarenta e um mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos) , isso são custas de registros para se fazer o caucionamento, e o pior de tudo é que o caucionamento é para garantir que a obra seja executada e a obra já está executada. Infelizmente não vai registrar que os lotes sejam caucionados, na substituição a gente vai tentar eliminar isso, mas como não é algo garantido; que se dispense o caucionamento, nós temos que apresentar o valor para esse fim, nós temos que apresentar a pior situação que seria caucionar os lotes e depois descaucionar todos os lotes e depois fica R\$ 509,26 (quinhentos e nove reais e vinte e seis centavos) cada lote, que é o valor anotado a mão no orçamento. Desculpa gente mas tínhamos esquecido de prever esse valor quando fomos fazer a revisão do orçamento, mas são taxas tabeladas. **Presidente Luiz:**

relembro novamente que numa Assembleia anterior já havia fornecido cópia a todos do documento onde constavam a quadra e lote dos 23 terrenos caucionados, e disse que para antecipar, tinha dado entrada no pedido de descaucionamento referente aos lotes das etapas da obra que haviam sido feitas, então seriam 15 lotes a serem descaucionados, só que quando demos entrada veio a surpresa, não tinham sido feito as escrituras de caucionamento, então você não pode cancelar uma coisa que não havia sido feita; a administração passada não tinha feito esse trabalho. Não tivemos como saber sobre esse assunto pois nós tínhamos o documento emitido pela Prefeitura onde constava a caução, mas repetindo, não haviam sido feitas as escrituras, e esse também é um trabalho burocrático e demorado. Não sei se no passado foi feita alguma Assembleia onde cobraram isso de vocês, eu não conheço esse histórico passado da Cooperativa. **Engenheira Dinalva:** digo novamente que o caucionamento existe, a indicação do caucionamento na Prefeitura existe, o que não existe é o registro em cartório disso, não foi feito a escritura pública dessa hipoteca. Quando formos apresentar à Prefeitura a substituição do projeto eu vou informar sobre as obras que já foram executadas e as que ainda não foram pra ver se a gente consegue eliminar a exigência dessa caução, porque realmente essa é a parte mais cara da documentação, existe a possibilidade de que a Prefeitura abra mão dessa exigência, porém não é garantido que isso aconteça, mas nós vamos tentar. Nós também podemos como Cooperativa formalizar esse pedido à Prefeitura quando chegar a esse tópico. Podemos nos reunir com alguns cooperados do Grupo e irmos até a Prefeitura solicitar uma reunião com o Prefeito, e ver se conseguimos o cancelamento dessa exigência. Novamente eu digo que existem muitas coisas que só se descobre quando se dá entrada. **Presidente Luiz:** se não precisar se fazer a caução e o descaucionamento, o dinheiro que for arrecadado para esse fim ficará no caixa para as obras faltantes que constam na Diretriz. **Engenheira Dinalva:** sobre a obra da iluminação pública; o projeto da iluminação só pode ser aprovado depois que o registro do cartório estiver feito, então junto a CPFL esse processo de aprovação do projeto de iluminação pública nem foi dado entrada ainda, ele só será aceito depois que estiver registrado. **Presidente Luiz:** o projeto já foi feito e pago e também já foi apresentado a todos numa Assembleia passada, e está só aguardando o registro para ser dado entrada no órgão competente e somente a taxa de aprovação é que ainda não foi paga. **Engenheira Dinalva:** depois disso tudo, da execução de todas as obras é que começa a doação das redes públicas, pra quem é de direito e a solicitação do Termo de Vistoria de Obras (TVO), que é como se fosse o habite-se de uma casa, ou seja, é quando a Prefeitura vai dar o certificado de que todas as obras foram finalizadas e, à partir daí é que a Prefeitura vai começar a aprovar os projetos de residências do loteamento e em paralelo o processo do descaucionamento. **Presidente Luiz:** realmente todo esse processo até agora foi muito demorado, quando assumi como presidente trouxe essas pendências do loteamento para conhecimento de todos, depois conforme fomos dando entrada e executando as obras apareceram outras pendências que também já foram assuntos de assembleias e reuniões passadas, enquanto a obra parava a documentação estava em andamento de acordo com suas etapas, e tudo o que já foi arrecadado foi investido lá, sem desperdícios, o que foi preciso ser arrecadado a mais, foi devido a acréscimos de obras necessárias, como aconteceu com o muro de arrimo que fizemos, prevíamos uma metragem, mas por segurança

e para que não houvesse risco de desabamento dos imóveis que fazem divisa com o muro, tivemos um aumento da metragem que precisou ser construída. Os prejuízos que tivemos foram um pequeno afundamento no asfalto que foi sanado, o roubo de uma betoneira e depois da caixa d'água. Também que nunca faltou empenho e dedicação de todos os Diretores nesses quatro anos e meio de mandato, tivemos ofertas de permutas para construção de apartamentos e abertura de novos Grupos, mas a prioridade sempre foi a de finalizar este e os outros três grupos existentes na Cooperativa. Nós também precisaremos fazer uma recomposição ambiental, nós também não sabíamos da existência dessa pendência, existente pendente para toda a área, além das mudas que devem ser plantadas na frente dos terrenos, apresento a todos os dois orçamentos para esse item, estamos aguardando mais um orçamento. Apresentou no telão a todos detalhadamente o valor que já foi arrecadado até agora, passou a palavra a Diretora Financeira Sibebe. **Sibebe:** relembro que na última Assembleia foi aprovado uma arrecadação para obras e recomposição do caixa valor no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) e que vai terminar em Agosto de 2019, já recebemos R\$ 146.725,00 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais), temos uma inadimplência no valor de R\$ 2.916,62 (dois mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e dois centavos), isso só da parte da obra, tivemos uns gastos no valor de R\$ 4.612,03 (quatro mil, seiscentos e doze reais e três centavos) que foram despesas de cartório, copias de plantas, taxas, manutenção de grama da área e temos a receber R\$ 76.665,44 (setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), a diferença a mais que recebemos de R\$ 919,09 (novecentos e dezenove reais e nove centavos) são referentes a multas e juros dos boletos que não foram pagos na data do vencimento. **Presidente Luiz:** esse valor de R\$ 4.612,03 (quatro mil seiscentos e doze reais e três centavos) são valores que já foram pagos e saíram do caixa, não poderíamos e aguardar pela chamada de uma nova Assembleia, se isso acontecesse teríamos um atraso muito grande no andamento da documentação e poderíamos virar esse ano novamente com essa pendência. Agora nesta nova etapa além da documentação e registros, teremos que fazer a recomposição ambiental, manutenção da área que vai ser recomposta por dois anos, inclusive com reposição de mudas caso haja necessidade, emissão dos relatórios exigidos pela CETESB que é o TCRA; Termo de Compromisso de Recomposição Ambiental, as mudas precisam ser plantadas na área verde e nas calçadas. O Presidente Luiz esclareceu a todos que não sabia da existência desta pendência que é muito antiga, foi aprovada na época no extinto DEPRN; Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, que era o órgão que fazia a aprovação, se esta exigência não for cumprida, não conseguiremos a documentação dos lotes. No orçamento apresentado consta o plantio das mudas de espécie nativa com altura média de 0,80 centímetros estaqueadas com bambu, os serviços de roçada da área para o reflorestamento, fornecimento de mudas, está incluso o frete e insumos, e foram feitos dois orçamentos separados, um para as mudas que serão plantadas na frente dos terrenos e o outro orçamento referente a recomposição da área, são necessários 03 relatórios para cada área a ser plantada, sendo um total 06 relatórios técnicos com fotos e acompanhamento pelo Biólogo responsável, o período de manutenção total exigido para a área é de 02 anos, cópia do orçamento que for aprovado será anexado a esta ata. Existe uma área já destinada para a recomposição. **Engenheira Dinalva:** independente da

recomposição, a Prefeitura libera para os projetos individuais depois da emissão do TVO que é o Termo de Vistoria de Obras, depois que as todas da Diretriz forem executadas e entregues. Um cooperado perguntou sobre a obra de energia e a Engenheira Dinalva respondeu que a parte de postificação e energia é rápido, depois da aprovação do projeto leva no máximo dois meses para a execução.

Presidente Luiz: não é necessário esperar os dois anos, que é o término da manutenção das áreas da recomposição ambiental para que se possa aprovar os projetos individuais na Prefeitura. **Engenheira Dinalva:** Todo projeto urbano, de urbanização, de loteamentos, é considerado de agravo ao meio ambiente, então existe a obrigatoriedade de se recompor, aquilo que se agrediu na natureza, então todo loteamento tem que fazer a recomposição, tem a necessidade de deixar uma área específica para área verde, uma área específica de percentual para área institucional; que onde a Prefeitura utiliza normalmente para praças ou coisas desse tipo.

Presidente Luiz: respondendo a todos sobre o custo de R\$ 37.200 (trinta e sete mil e duzentos reais) é pela manutenção de toda a área da recomposição pelo período de dois anos, conforme consta no orçamento, podemos tentar baratear isso contratando alguém que faça a manutenção a parte, se essa pessoa não emitir nota fiscal de serviços, teremos que recolher o INSS, então não sabemos se custará menos que o valor orçado. Não sei se conseguiremos fazer o plantio imediatamente pois agora é época de estiagem, e se tivermos que contratar um caminhão pipa para regar, cada caminhão custa em média R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), e, portanto, é melhor esperar pela época das chuvas para iniciar o plantio, no total dos dois orçamentos consta; o total para recomposição e na frente dos lotes, são de mil duzentas e vinte e duas mudas a serem plantadas. Eu sugiro que se aprove o valor total dos orçamentos apresentados e depois nós tentaremos reduzir alguns custos, e se alguém tiver alguma proposta alternativa e que seja viável, colocamos em votação.

Luís Augusto (Bepo): sugeriu uma pessoa que cobraria R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensal, mas sem emissão de nota fiscal para a manutenção.

Presidente Luiz: a diferença para o que estamos apresentando no orçamento vai ser mínima, pois terá emissão de nota fiscal, reposição de até 05 mudas mensal gratuitas, fornecimento de insumos e tudo mais e que teremos que comprar caso se contrate uma pessoa a parte. Eu vou aproveitar essa Assembleia para informar a vocês o quanto foi pago para a Cooperativa desde quando eu assumi o mandato foi pago de taxa administrativa R\$ 4.505,00 (quatro mil, quinhentos e cinco reais) de IPTU R\$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais e o valor que consta em nossos registros é de aproximadamente R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) para obras, portanto quem está desde o começo do Grupo na Cooperativa, pagou aproximadamente R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) de cada cota parte para a Cooperativa, apesar de ter demorado todos esses anos, no final o valor que terá o terreno depois de entregue será muito compensador. Sugiro que depois de feita a demarcação dos lotes, conforme o cronograma das obras, os terrenos sejam sorteados, pelo menos cada um saberá a localização do seu terreno, mas deixando claro que não poderá ser aprovado projeto de construção individual ainda e se alguém construir qualquer coisa em cima do seu lote, trará problemas para todos no Grupo, devido a um possível embargo, por construção irregular. Está previsto nessa arrecadação a demarcação para a instalação dos postes de energia da rede elétrica, pela empresa Topoplan, pois já existe um contrato firmado com a administração passada da Cooperativa. Agora sobre a

questão da Retificação junto ao cartório, eu vou precisar de uma autorização; plenos poderes para que em nome de vocês eu possa assinar o pedido de retificação e todo o registro do loteamento, já que o nosso estatuto não me dá poderes específicos para essa questão. Então eu preciso colocar isso em votação essa autorização, é como se fosse uma procuração o que vocês estão me passando. Foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos cooperados presentes.

Luís Augusto (Bepo) : pessoal, na última Assembleia onde aconteceu a eleição, dos itens que foram naquela Assembleia, foi criar uma comissão exatamente para acompanhar o andamento dessa obra, porque nós estamos entrando no princípio da etapa final, fiz convite ao Grupo, cinco pessoas mostraram interesse em participar, nós oficializamos junto aos diretores da Cooperativa, e o meu convite está aberto a qualquer um do Grupo que queira participar, nós assumimos um compromisso em cinco pessoas de estarem presentes; é o Gustavo e Patrícia Blau, a Aline Ap. Silva Lima, Eu e o Célio da Silveira Bueno Neto, assumimos o compromisso de depois marcarmos com a Engenheira Dinalva e com a Diretoria, isso vai ser em toda a última quarta ou quinta feira de cada mês, pra fazer uma reunião de acompanhamento, para saber dos andamentos da obra, isso eu acho legal, pois nos foi dado um norte das etapas que faltam, agora é só o acompanhamento, a gente gostaria que mais gente participasse, a gente vai deixar isso em aberto, achamos benéfico isso, então estamos oficializando em Assembleia, já foi avisado na outra Assembleia que ia se criar, se criou. **Presidente Luiz**: na Assembleia de eleição, não foi criada e nem oficializada essa comissão e eu sou contrário a essa comissão, porque esse trabalho de finalização é muito técnico, a Engenheira Dinalva vai fazer um relatório de cada etapa constante na proposta de orçamento dela, e esses relatório será enviados a todos via e-mail e Whatsapp, e se alguém tiver dúvidas que nos mandem e-mail que repassaremos a Engenheira para que responda. Se ficarmos nos reunindo perderemos tempo, e o problema também, Bepo é que quando você vem aqui, você fica querendo dar ordens, "canetadas", quer alguém exclusivamente para te acompanhar, e nós da Diretoria não podemos perder mais tempo com isso pois temos mais outros Grupos para cuidar, você não vai se contentar só com isso, vai querer que eu contrate empresas que você apresenta, a semana que você vem aqui não deixa ninguém trabalhar direito, o atraso na calçada que fizemos foi causado por você e por suas exigências e também não vou colocar em votação pela formação de uma comissão pois isso não consta na pauta, isso nem deveria estar sendo discutido, porque nesta Assembleia não tem a pauta de assuntos gerais, neste Grupo existem dois cooperados que são suplentes do Conselho fiscal e que podem estar presentes para assinatura dos novos contratos e acompanhamento desta etapa final. Mas para não dizerem que sou autoritário eu coloco a sua proposta em votação; de se formar uma comissão para acompanhamento da finalização da obra. Foi colocado em votação e foi reprovada pelos presentes.

Os orçamentos com os valores foram apresentados a todos e fornecido cópias, e por estarem em conformidade com as exigências legais, contendo a cópia do CNPJ ativo, suas etapas e prazos, e não havendo mais questionamentos ou dúvidas; foi colocado em votação o item a e foi aprovado por unanimidade pelos presentes.

b- Aprovação e formas de arrecadação; foram escolhidas as empresas para a prestação dos serviços necessários para essa etapa da obra descrita no item a da convocação; optou-se pela contratação da engenheira Dinalva Bueno Silva CREA -SP 5061624965; chegou-se a um valor total para a arrecadação de R\$ 140.070,00 (cento e quarenta mil e setenta reais), sendo em 07 parcelas de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais) iguais e consecutivas, já incluso a taxa dos boletos bancários, com o primeiro vencimento para 20/09/2019, e que foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos presentes. O presidente perguntou se todas as dúvidas foram sanadas e como não tiveram mais questionamentos ou dúvidas, encerrou-se às 21:58 hrs.

Eu Romilda Biatriz de Carvalho, atuei como secretária e digitei essa ata que é a transcrição fiel da Assembleia.

Romilda Biatriz de Carvalho

Romilda Biatriz de Carvalho

Secretária

Luiz C. Bergamasco

Luiz Carlos Bergamasco

Presidente

ALINE AP. SILVA LIMA// ANDRÉ GERALDO RODRIGUES// ANTONIO BATISTA DA SILVA// APARECIDA SOLIMAR A. GONÇALVES// EDI DE FÁTIMA GODOY// EZEQUIEL GONÇALVES// GRAZIELA BRASIL DOS SANTOS// GUSTAVO BLAU M. CONTI// LUÍS AUGUSTO DE OLIVEIRA// MARGARETE CUSTÓDIO O. MASSA// MARIA AP. BOLLA MARCHES// MARIA AP. OLIVEIRA CHARELLI// MARIA JANDIRA P. DOS SANTOS// PATRICIA BLAU M. CONTI// ROMILDA BIATRIZ DE CARVALHO// SIBELE AYACHE ALMEIDA.

